

Alinhamento eleitoral na nova democracia brasileira: análise das coligações em eleições municipais no Brasil¹

Josimar Gonçalves da Silva | Universidade de Brasília (UnB)

josimar.cs@hotmail.com

Resumo: A pesquisa visa entender o padrão e evolução das coligações nas eleições para prefeitos em Goiás no período da nova democracia brasileira, fazendo uma análise comparativa das coligações nas eleições entre os anos de 1988 e 2012. O objetivo principal é compreender, de forma comparada, o desenvolvimento das coligações eleitorais realizadas nas disputas para os executivos municipais no estado de Goiás e verificar se o fato de um partido estar ocupando o executivo estadual aumenta sua capacidade de agregar um maior número de aliados em torno de si, nas eleições municipais. Pois, existem teses que defendem que em países federalistas os partidos se organizam com maior clareza em torno das realidades estaduais. Assim, a hipótese principal que pretendemos testar é a de que o partido que detém o poder no executivo estadual é capaz de manter um padrão estável de coligações eleitorais nos municípios. Indicando desse modo a sua institucionalização. As eleições municipais de 2000 marcaram uma nova realidade político-partidária em nível estadual no Estado de Goiás. Após dezesseis anos conduzindo o executivo estadual, o PMDB não estava mais na administração do governo do Estado. Nesse sentido, ao investigar essa nova realidade, é identificada a força do executivo goiano para a consolidação dos partidos políticos na política regional, percebendo este como detentor de um papel central na dinâmica das coligações majoritárias municipais.

Palavras-chave: Eleições, Partidos Políticos, Coligações Eleitorais.

¹ Trabajo presentado en el Quinto Congreso Uruguayo de Ciencia Política, “¿Qué ciencia política para qué democracia?”, Asociación Uruguaya de Ciencia Política, 7-10 de octubre de 2014).

Introdução

O objetivo deste estudo é analisar o padrão e evolução das coligações nas eleições para prefeitos em Goiás no período da nova democracia brasileira, fazendo uma análise comparativa das coligações nas eleições entre os anos de 1988 e 2012. Procura-se identificar e compreender, de forma comparada, o desenvolvimento das coligações eleitorais realizadas nas disputas para os executivos municipais no Estado de Goiás. A preocupação central é verificar se o fato de um partido estar ocupando o executivo estadual aumenta sua capacidade de agregar um maior número de aliados em torno de si, nas eleições municipais. Pois existem teses que defendem que, em federações, os partidos se organizam com maior clareza em torno das realidades estaduais. A análise se concentra nas coligações municipais realizadas na disputa aos executivos municipais realizadas no período mais recente da democracia brasileira, ou seja, entre 1988 e 2012. Duas observações são importantes nesse momento: primeiro, que o trabalho se restringe apenas às disputas para os cargos majoritários nas eleições municipais no Estado de Goiás, ficando excluídas da análise a disputa aos cargos proporcionais dos municípios; segundo, que também serão analisados os motivos decisivos que levaram à formalização de determinadas coligações eleitorais.

A hipótese principal é que o partido que detém o poder no executivo estadual é capaz de manter um padrão estável de coligações eleitorais nos municípios. Indicando desse modo a sua institucionalização e corroborando o argumento de Abrucio (1998a e 1998b), relativo à força dessas organizações. Da hipótese principal derivam três hipóteses subsidiárias: 1) o partido do governador ao lançar candidatos às prefeituras municipais, alcança melhores resultados eleitorais na votação, apresentando uma alta taxa de sucesso, proporcionando a vitória eleitoral; 2) o partido que detém o poder executivo estadual é capaz de apresentar um bom desempenho tanto nos municípios de grande porte, ou seja, com um grande número de eleitores, quanto nas menores cidades do Estado de Goiás; 3) o partido que governa o estado possui capacidade de reprodução da sua força nas cidades mais distantes da capital, apresentando uma homogeneidade de lançamento de candidaturas em todas as microrregiões de Goiás. A hipótese secundária é que com a vitória do partido do governador nas eleições municipais o fenômeno do governismo fica evidente. Isso mostra a força da legenda que comanda o poder

executivo estadual, indicando que fenômenos locais da cultura política brasileira são pautados em torno da lógica da política estadual.

Sobre a perspectiva operacional, no primeiro momento, foram obtidos dados referentes as coligações eleitorais junto ao Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), após a consulta e verificação dos dados oficiais, outras fontes foram consultadas para fins de comparação, são elas: 1) o Centro de Documentação (CEDoc) do jornal *O Popular*, de circulação diária no estado de Goiás, e 2) os partidos políticos que elegeram governadores no período recortado para análise. Em seguida, pretende-se construir um banco de dados contendo o universo total das coligações realizadas nas disputas para o cargo de prefeito nos municípios goianos entre os anos de 1988 e 2012.

A classificação das coligações realizadas será baseada na tipologia criada por Dantas (2007). Essa classificação considera a composição de partidos da coligação e o pertencimento ou não dessas legendas à base aliada do governador, ou seja, são considerados como partidos de situação ou oposição ao governo estadual. É importante destacar também que as coligações realizadas com partidos políticos de ambos os polos também são consideradas na classificação. Para fins de classificação nesta análise, não se levará em conta somente os partidos que fizeram parte da coligação que venceu a eleição para o cargo de governador e a coligação que ficou em segundo lugar, como foi realizado por Dantas (2007). Nesse sentido, para além da consideração original do autor, será levado em conta a formação da coalizão de governo, ou seja, a nomeação da equipe de apoio ao governo estadual, através da distribuição dos cargos de primeiro escalão entre os partidos que estiveram juntos na campanha estadual, e os demais que vieram a fazer parte da coalizão. Também será levado em conta a possibilidade inversa, isto é, os partidos que fizeram parte da coalizão vencedora no momento da vitória, mas que algum tempo depois abandonaram a base aliada do governo do estado.

O banco de dados do universo de coligações eleitorais também conterà as seguintes informações: a) ano da eleição municipal; b) município que ocorreu a eleição; c) composição da coligação; d) vitória eleitoral; e) percentual de votação da candidatura para a prefeitura municipal; f) governo estadual, ou seja, o mandato de qual governador que ocorreu a eleição municipal; g) o porte do município, isto é, a sua população

segundo as informações do IBGE; h) a Taxa de Sucesso da coligação municipal; i) o Índice de Governismo; j) a mesorregião de Goiás; k) a microrregião de Goiás; l) o tamanho da coligação realizada, ou seja, a quantidade de partidos políticos que fazem parte da coligação; m) a quantidade de coligações que disputaram a eleição no município; n) o percentual de votação do governador eleito no município. As informações contidas no banco de dados permitirão observar o quanto essas variáveis influenciam o comportamento coligacionista dos partidos políticos.

O estudo das coligações eleitorais é um tema fértil e explorado na Ciência Política brasileira que se ocupa principalmente na análise do desenvolvimento dos partidos e do sistema partidário da nova democracia brasileira (Krause, 2005). Nesse sentido, as análises acerca das coligações eleitorais tem sido um objeto de grande interesse para a Ciência Política brasileira². Desde a década de sessenta, foram realizados vários estudos sobre o fenômeno das coligações eleitorais no Brasil e os seus impactos sobre a forma e a dinâmica do sistema partidário. Com o advento da nova democracia a preocupação com este objeto de estudo retorna a agenda de pesquisas. A partir da publicação da tese de Schmitt (1999) houve avanços nos estudos sobre as coligações eleitorais. Krause (2010) argumenta que existem ainda inúmeros novos caminhos a serem trilhados e muitos desafios teóricos e metodológicos a serem superados, sendo promissoras as possibilidades de estudos empíricos sobre as coligações eleitorais. É importante destacar que existe uma lacuna nos estudos sobre coligações eleitorais em âmbito municipal, havendo a necessidade de novos estudos sobre o tema das coligações nos municípios, já que poucos dedicaram atenção a esfera municipal (Dantas, 2007; Machado, 2007, Miguel e Machado, 2008).

O presente estudo visa contribuir para o debate acerca da análise coligacionista nas cidades brasileiras, fazendo um recorte dos casos de coligações realizados em Goiás no período após a redemocratização. O foco central do estudo é verificar a influência do governo estadual, ou seja, do partido do governador, nas coligações realizadas para o cargo de prefeito nos municípios goianos no período entre 1988 e 2012. Os trabalhos desenvolvidos acerca das coligações eleitorais têm apontado para a forte influência do

² Um excelente balanço sobre os estudos das coligações eleitorais na Ciência Política brasileira pode ser encontrado em Krause (2010).

executivo estadual nas alianças realizadas nas eleições municipais (Dantas, 2007; 2008). Destarte, os estudos sobre as coligações eleitorais nos municípios brasileiros usualmente utilizam a seguinte classificação para identificar a influência do partido do governador na composição da coligação: Situação (o partido do governador e as legendas aliadas na coalizão estadual), Oposição (os partidos da coligação que ficou em segundo lugar nas eleições estaduais e as legendas que manifestaram oposição na Assembleia Legislativa de Goiás), ou Ambos (os partidos que fazem parte da coalizão do governo estadual junto com os partidos que formam a oposição ao governo estadual). O presente trabalho parte também da utilização dessa classificação para suas análises. Com isso, será possível verificar a importância do partido do governador nas eleições municipais, onde as forças são divididas, na maioria das vezes, entre dois grupos relevantes que representam a situação e oposição em relação ao governo estadual.

A próxima seção traz um diálogo com a literatura sobre coligações eleitorais, abordando pontualmente os estudos sobre as coligações realizadas em eleições municipais. A terceira seção descreve detalhadamente as hipóteses adotadas. A quarta seção expõe os procedimentos metodológicos a serem utilizados. Por fim, o cronograma da pesquisa, seguido das referências bibliográficas utilizadas.

1. Referencial Teórico

A presente seção tem como objetivo apresentar a discussão sobre coligações eleitorais na agenda de pesquisa da Ciência Política brasileira. A seção desdobra-se em três partes: a primeira contextualizando o pensamento de autores clássicos e indicando alguns argumentos de pesquisadores brasileiros; a segunda parte trata especificamente dos estudos realizados sobre as coligações realizadas para as eleições municipais nas eleições brasileiras; a terceira, e última parte, mantém a preocupação especificamente nas análises que foram realizadas sobre a influência do partido do governador nas eleições municipais. Ao final desta seção é apresentado de modo breve o cenário político do estado de Goiás desde as eleições de 1982 até os dias atuais, a partir da contextualização de mapas da geografia eleitoral em Goiás.

1.1 Coligações eleitorais

A ampla utilização de coligações partidárias nas disputas eleitorais é uma das características marcantes da vida política brasileira. A formalização de coligações em eleições majoritárias municipais pode ser explicada pelo pensamento de Duverger (1980), quando este afirma que em sistemas majoritários de turno único existe a tendência de reprodução de disputas bipolares. Ou seja, de acordo com o autor, as eleições majoritárias de turno único tendem ao bipartidarismo ou à divisão bipolar. No caso brasileiro, em média com aproximadamente 30 partidos disputando as eleições e com a permissão de realização de coligações eleitorais, é possível pressupor um incentivo institucional para a formação das alianças entre os partidos. Duverger (1980) indica a relevância dos partidos políticos modernos para a consolidação da democracia. No que diz respeito as coligações eleitorais, este fenômeno é entendido de acordo com diferentes graus e formas. Algumas delas são de curta duração e desorganizadas, com vistas ao benefício eleitoral imediato, ou também podem ser duráveis e sólidas. As regras eleitorais também devem ser levadas em consideração, por representarem a influência mais importante sobre o cenário das coligações eleitorais.

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 83 dos 5.565 municípios brasileiros tiveram mais de 200 mil eleitores no ano de 2012, o que de acordo com a legislação eleitoral possibilita a existência de segundo turno em eleições municipais. Nos anos anteriores esse total era ainda menor. É importante destacar que, nesse mesmo ano, apenas três cidades dos 246 municípios goianos tinham mais de 200 mil eleitores. Nesse sentido, existem teses que defendem que no federalismo os partidos políticos organizam-se de forma mais clara em torno das realidades estaduais. Importante destacar que a legislação eleitoral, muitas vezes, indica a possibilidade de os organismos superiores das legendas intervirem nas coligações municipais. No entanto, Dantas (2007) indica que instâncias centrais são pouco eficientes para o controle de certos alinhamentos verificados em sua análise. Mesmo assim, é fundamental salientar a relevância de órgãos estaduais dos partidos, considerados em muitos de seus estatutos como competentes para avaliar as alianças locais.

As coligações eleitorais constituem-se como um instrumento bastante utilizado nas eleições e de forma crescente. Kinzo (2004) observa que este mecanismo é parte fundamental na formulação de estratégias eleitorais no país. Além de serem mais significativas, as taxas de sucesso dos partidos que utilizam as coligações é crescente, fenômeno que acontece de modo inverso quando considerados os índices de vitória em tentativas isoladas. Nesse sentido, as coligações eleitorais são compreendidas a partir do seu objetivo principal, ou seja, elas são realizadas com vistas a atingir a vitória eleitoral. A decisão dos partidos políticos em realizar coligações eleitorais significa uma procura norteada em cálculos realizados com a intenção de compreender o quanto determinada aliança representa para uma ou mais legendas. O pensamento de Kinzo (2004) reforça esse argumento, segundo a autora não existe um modelo específico de partido político que busque coligar-se ao afirmar que “as estratégias eleitorais são construídas de forma a obter o melhor resultado no contexto institucional em que os partidos operam. A formação de alianças constitui, pois, a melhor estratégia tanto para os grandes como para os pequenos partidos” (Kinzo, 2004).

Nesse sentido, os resultados de pesquisas sobre o tema fortalecem a tese do uso das coligações como estratégia dos pequenos partidos em busca de espaço próximo aos principais partidos em cada estado (Figueiredo, 1994; Kinzo, 2004). Nicolau (1996) entende que as alianças eleitorais são justificadas por questões como magnitude do distrito, tamanho do partido, tempo no horário eleitoral gratuito e poder de chantagem. Além disso, o autor já indicava a heterogeneidade da relevância dos partidos nos estados brasileiros, confirmando aspectos teóricos de Duverger (1980), sobre questões relevantes como a tendência de disputas bipolares nas eleições majoritárias de turno único e a possibilidade de mudanças nas alianças de acordo com a esfera – municipal, estadual ou federal, ou seja, não sendo possível para um partido existir de maneira uniforme no país.

Na teoria que desenvolveu, Panebianco (2005) indica que os partidos políticos em países federativos possuem uma tendência à descentralização, com comportamentos e espaços diferentes em cada unidade. O autor compreende que algumas das características de um sistema partidário justificam a configuração do comportamento dos partidos políticos. As reflexões de Panebianco (2005) estipulam e redefinem as alianças com outras organizações como ações comuns entre as legendas partidárias. Os

partidos políticos sofrem impactos no decorrer do tempo por um série de elementos, como o ambiente em que atuam e as regras eleitorais. É importante destacar que Panebianco (2005) chama a atenção para o Grau de Homogeneidade, que é a semelhança entre as unidades, a coerência e a sistematização em todo território nacional. A procura pela lógica das coligações passa, essencialmente, pelo comportamento das legendas partidárias. Daí surgem questões ligadas aos elementos levantados, ou seja, a semelhança, a coerência e a sistematização, e se estes teriam capacidades para explicar a lógica das alianças entre os partidos nos acordos para a disputa de cargos nas eleições municipais brasileiras. Outro destaque importante a ser feito diz respeito aos estados federativos possuírem tendência a reproduzir organizações partidárias descentralizadas.

1.2 Coligações em eleições municipais

Muitas análises têm procurado identificar a recorrência do fenômeno das coligações nas disputas eleitorais brasileiras. Como já foi mencionado anteriormente, grande parte desses estudos dedicam-se a analisá-los em suas dimensões estadual ou federal. Em menor quantidade são os que analisam as coligações eleitorais em âmbito municipal (Lima Júnior, 1983; Machado, 2007; Dantas, 2007, 2008 e 2009; Peixoto, 2010; Miguel e Machado, 2010; Dantas e Praça, 2004, 2010 e 2012; Ribeiro, 2010). Com a legislação eleitoral brasileira incentivando a formação de alianças formais, principalmente como estratégia de aumentar as forças e maximizar os ganhos eleitorais, bem como reduzir o número de adversários na disputa, são crescentes o número de coligações realizadas com vistas às disputas nas eleições municipais. Vale destacar que nos municípios de médio e grande porte, os incentivos para a realização de alianças eleitorais são ainda maiores.

A análise das coligações eleitorais nos municípios proporciona ricos instrumentos para o estudo do impacto do poder executivo no sistema partidário brasileiro. No que diz respeito ao amadurecimento do sistema partidário são apresentados vários elementos para o seu diagnóstico e é notório o debate sobre a sua fragilidade em decorrência da interferência do poder executivo no seu desenvolvimento (Krause, 2010).

Lima Júnior (1983) foi um dos primeiros a estudar os subsistemas partidários estaduais no Brasil e mostra que nos regimes federativos as coligações nacionais não se repetem nas dinâmicas locais, com os estados apresentando lógicas diversificadas para as definições das estratégias dos partidos políticos nas disputas para os executivos municipais. O autor ainda chama atenção para o fato de as coligações eleitorais terem se tornado um instrumento importante para a conquista do sucesso eleitoral na esfera federal, mas que sua potencialidade não é reproduzida do mesmo modo na lógica estadual. Lima Júnior (1983), enfatiza em sua investigação que existe uma lógica nas coligações pautada em uma racionalidade política contextual, em que as legendas estabelecem alianças orientadas pela dinâmica da disputa partidária local. Nesse sentido, as conclusões do autor mostram que em regimes federativos as coligações nacionais não costumam ser reproduzidas nas esferas locais, pois cada estado apresenta questões ligadas a ordem regional para a escolha das estratégias dos partidos políticos nas eleições municipais. Assim, a tese clássica do autor parece adequada para a compreensão do desenvolvimento e funcionamento das coligações eleitorais na disputa dos executivos municipais na nova democracia brasileira.

Não obstante a grande produção acadêmica sobre as coligações eleitorais no nível nacional, o estudo das coligações nos sistemas municipais permanecem ainda pouco explorados. Um dos trabalhos de grande importância que analisou o tema foi, sem dúvida, o desenvolvido por Miguel e Machado (2007), na qual os autores focalizaram as coligações elaboradas pelo Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais de 2000 e 2004. Os autores mostram que as alianças petistas “se deslocaram sensivelmente para a direita” entre uma disputa eleitoral e outra. Além disso, “quanto mais o PT se flexibilizou para constituir coligações das mais abrangentes possíveis, melhores foram os seus resultados”. Contudo, os autores fazem uma ressalta, de que o PT “ainda se apresenta como o único partido de grandes proporções que se diferencia na forma como encara a disputa política. Sua taxa de coligação está entre as menores, caracterizando um comportamento desviante à regra para os partidos políticos brasileiros” (Miguel e Machado, 2007:786). Os autores ao utilizar como universo todos os municípios do país, indicaram a existência de uma alta correlação entre o tamanho do município e duas dimensões de classificação das alianças petistas. No aspecto ideológico, nos dois pleitos analisados as coligações do PT possuíam uma tendência à

esquerda quanto maior era o município. Já no aspecto governativo, quanto maior o tamanho da cidade, mais as coligações petistas privilegiaram, em 2000, as legendas de oposição ao governo FHC; e em 2004, a correlação positiva ocorreu em relação as legendas da base aliada do governo Lula no Congresso.

Dantas (2007) preocupou-se com as alianças nas eleições majoritárias municipais, investigando a lógica do alinhamento dos partidos políticos dessas coligações. O autor mostra indícios de que o ordenamento estadual dos partidos é mais forte que os elementos ligados à ordem federal. Segundo Dantas (2007), as questões locais possuem maior destaque, indicando a existência de uma força centrífuga nas alianças entre os partidos que não possibilitam o controle rígido por parte de organismos partidários federais acerca das realidades municipais. Ou seja, nos regimes federativos as alianças nacionais não costumam se repetir nas esferas locais. Esse fenômeno causa dificuldade na verificação da centralização dos partidos políticos. O autor verifica essa questão e percebe que cada estado possui questões de ordem locais para a definição da estratégia eleitoral dos partidos políticos nas eleições municipais. Os dados de Dantas (2007) indicam contrastes entre os estados e entre as eleições, asseverando que as alianças municipais alteram-se de acordo com as considerações de Duverger (1980). Essas distinções originam 26 lógicas diferentes sustentadas na força do governador e seus aliados, que possui como principal adversário, um partido político ou um bloco de legendas.

Machado (2007) também preocupa-se com as alianças nas eleições majoritárias municipais, analisando a consistência ideológica dessas coligações. O autor utiliza dados das eleições municipais brasileiras de 2000 e 2004 e afirma que a ausência de barreiras na definição das identidades dos partidos políticos mostra somente a inexperiência destas legendas ao se apresentarem na busca de seus objetivos. Essa afirmação nos faz refletir sobre o contexto dos pleitos eleitorais, em que “talvez a disputa entre as elites políticas não resida em fatores ideológicos ou de conjuntura quanto ao governo federal, ou mesmo sobre diferenças quanto a práticas políticas, mas com relação à alocação de espaços de influência” (Machado, 2007: 236). O estudo do autor indica que “entre os partidos analisados apenas o PT em 2000 se apresentou com uma posição ideológica diferenciada, enquanto em 2004 a questão ideológica se

dissolveu a ponto de não ser possível perceber graus diferentes entre os demais partidos abordados” (Machado, 2007: 233).

A verificação dos perfis e tendências nas coligações em eleições municipais pode ser justificada pela extrema complexidade do cenário a ser analisado. Com o desafio de compreender essa lógica de alinhamento, Peixoto (2010) apresenta e faz uma discussão sobre a configuração das disputas eleitorais nos municípios e a relação entre as legendas. Para tanto, são utilizados dados das eleições municipais realizadas entre os anos de 2000 e 2008, nos 5.556 municípios brasileiros. Segundo o autor, uma forte sequência na expansão das legendas partidárias pode ser um aspecto fundamental para a explicação do fenômeno da fragmentação de parcerias nas disputas municipais. Este fato acontece quando os partidos políticos, ao expandirem suas bases organizacionais, disputam em um maior número de municípios e muitas das vezes são empurrados para realizar coligações com outros partidos que são adversários no âmbito nacional. Segundo Peixoto (2010), o sistema eleitoral brasileiro funciona da seguinte forma: ele estabelece restrições institucionais para a entrada de novos atores políticos na competição eleitoral e, ao mesmo tempo, também determina incentivos que vão numa direção inversa, criando cláusulas de barreiras fortes que impedem e trazem muitas dificuldades para os partidos políticos alcançarem o poder.

É possível notar ao longo do desenvolvimento dos estudos acerca das alianças eleitorais nos municípios brasileiros, que vários deles mantêm uma atenção especial ao Partido dos Trabalhadores (PT). Uma dessas investigações é a de Ribeiro (2010), que realiza uma análise do desenvolvimento das alianças feitas para as disputas municipais, focando apenas nos maiores municípios brasileiros, nos anos de 1996 a 2008. O grupo de municípios corresponde as 26 capitais estaduais e as 53 cidades com mais de 200 mil eleitores, em que existe a possibilidade de realização de segundo turno nas eleições. Esse conjunto de municípios representa aproximadamente 36% do eleitorado nacional, ou seja, cerca de 47 milhões de eleitores. O foco do autor indica para um processo de “relaxamento” e descentralização do Partido dos Trabalhadores (PT), ao abrir-se para alianças pragmáticas principalmente as realizadas na dinâmica local.

É preciso enfatizar também os poucos estudos que possuem como objetivo compreender a lógica do alinhamento nas coligações de alguns partidos políticos

considerados pequenos. Legendas partidárias estas que muitas vezes são descartadas nas análises das coligações majoritárias municipais brasileiras, uma vez que parte expressivas delas possuem relevância próxima de zero no cenário político nacional. Com o propósito de preencher essa lacuna nesses estudos, Dantas e Praça (2010) fazem um exercício sobre o comportamento coligacionista dos pequenos partidos brasileiros. O objetivo dos autores é realizar uma análise do posicionamento ideológico dos pequenos partidos com base nas coligações eleitorais realizadas nas eleições entre 2000 e 2008 na disputa às prefeituras municipais de todo o país. O estudo tem como intenção analisar se a classificação ideológica proposta por Figueiredo e Limongi (1995), com base no comportamento dos partidos políticos no Legislativo nacional, possui reflexo no comportamento eleitoral dos pequenos partidos políticos, tanto do espectro ideológico de esquerda, quanto de direita. Assim, os autores fazem uma proposta de um caminho alternativo para a compreensão do procedimento ideológico destes partidos políticos baseando-se na evolução da busca de acordos em eleições para os executivos municipais. Com isso, o objetivo de Dantas e Praça (2010) é contribuir com a discussão da classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros utilizando como instrumento as coligações eleitorais em eleições para os executivos municipais.

Seguindo o movimento que mantém atenção e foco sobre o desenvolvimento das estratégias do Partido dos Trabalhadores (PT) ao longo dos últimos anos nas eleições brasileiras, Miguel e Machado (2010) analisam a lógica das alianças realizadas pelo PT nas eleições para os executivos municipais. Os autores indicam uma alteração no comportamento do partido e comprovam essa mudança de estratégia principalmente pela posição do partido estar no comando do governo federal. As coligações realizadas pelo Partido dos Trabalhadores mostram a complexidade de sua estratégia. O partido ao ignorar os incentivos que as leis eleitorais oferecem para a formação de coligações simplesmente perde as chances de vitória.

1.3 Influência do partido do governador nas coligações eleitorais

Como já foi bastante destacado nas duas seções anteriores, a maioria dos trabalhos realizados sobre os padrões e tendências das coligações eleitorais no Brasil tem concentrado a atenção nas eleições de nível estadual e federal, em menor quantidade estão os estudos em âmbito municipal. Ao contrário desse movimento, a

intenção da presente pesquisa é identificar a influência do partido do governador nas coligações eleitorais em eleições majoritárias municipais no Estado de Goiás no período após a redemocratização. Dantas (2007) indica que os principais benefícios desse tipo de abordagem são: a) o universo de pesquisa é amplo – Goiás possui 246 municípios, o que proporciona muitas ofertas de coligações; b) as eleições majoritárias de turno único incentivam a realização de coligações e c) a legislação brasileira permite que cada município atue como unidade autônoma, o que pode resultar numa complexa possibilidade de acordos eleitorais.

É importante reforçar a influência do partido do governador de estado nos alinhamentos para a disputa dos executivos municipais. É possível entender que por mais complexo que seja explicar as alianças entre os partidos nas cidades, o enfoque sobre o partido do governador se mostra relevante. Além disso, são expressivos os percentuais de lançamentos de cabeças de chapa dos partidos dos governadores, com lançamento de candidatos em cerca de 60% das cidades (Dantas, 2007).

Sobre a figura do governador, Limongi (2006) sinaliza reconhecer a existência de questões locais reguladas no governador de cada estado, ao indicar que além das forças partidárias necessárias às coalizões federais, existem aspectos ligados “à heterogeneidade social do país, ao federalismo e ao poder dos governadores” (Limongi, 2006: 19). Nesse sentido, também é importante destacar que Lima Júnior (1991) já indicava a existência de um processo político característico aos estados brasileiros, considerando os como subsistemas partidários estaduais. Os estudos realizados sobre as coligações eleitorais na nova democracia apresentam um fenômeno chamado de “governismo”, que é a capacidade do poder executivo estadual em influenciar a dinâmica das coligações nos municípios. Com o partido do governador sendo importante para definir a dinâmica coligacionista nas eleições para os executivos municipais. O estudo de Krause e Paiva (2000) mostra a força do poder executivo estadual em Goiás na consolidação dos partidos na política regional, identificando que o executivo estadual exerce um papel central na dinâmica das alianças eleitorais nos municípios.

Dantas (2007) em sua tese sobre as alianças municipais também corrobora com essa interpretação apontando diferenças na configuração das coligações entre os

partidos, havendo nos estados a existência de questões de ordem regional nas disputas municipais. Desse modo, o autor ao analisar as alianças municipais nas eleições majoritárias confirma a observação realizada por Lima Júnior (1983), no que diz respeito aos subsistemas partidários estaduais no país. Segundo Dantas (2007: 165), “em regimes federativos as alianças nacionais não costumam se repetir nas esferas locais, cada estado apresenta questões de ordem regional para a definição da estratégia dos partidos políticos em disputas municipais”.

É possível perceber que o partido do governador tem relevância significativa no cenário estadual. Em trabalhos já realizados sobre o tema percebe-se que em alguns estados ocorreram associações que não se repetem em outros (Dalmoro e Fleischer, 2005; Dantas, 2007). Essa afirmação é justificada pelo pensamento de Panebianco (2005) quando este mostra que em países federalistas o alinhamento estadual dos partidos políticos não é idêntico ao estabelecido em torno da lógica federal. Ou seja, de acordo com a teoria do fortalecimento estadual dos partidos as nações federativas possuem uma tendência em reproduzir organizações partidárias descentralizadas, o que leva a uma movimentação em torno de questões regionais. No caso das eleições brasileiras, essa teoria é verificada no trabalho de Dalmoro e Fleischer (2005) que realizam um estudo sobre as coligações em eleições proporcionais no país. Os autores percebem que as diferenças regionais no Brasil são significativas, sendo possível identificar a existência de 27 lógicas distintas no contexto entre os partidos. Dantas (2007) também certifica que a organização dos partidos nas coligações para as prefeituras municipais indica diferenças na configuração dos acordos entre os partidos, identificando a existência de 26 lógicas diversificadas nos estados onde ocorreram eleições municipais. As conclusões desses estudos já realizados reforçam a ideia de que as alianças municipais para a disputa de prefeituras, quando tratadas por regiões, podem revelar padrões e tendências distintas. Essas considerações apontam alinhamentos específicos em cada unidade da federação, com os partidos construindo relações em torno de questões locais. Abrucio (1998a e 1998b) percebe que nos estados a política realiza-se pautada nas relações entre dois grupos: o que governa e aquele que lhe faz oposição. Desse modo, o partido do governador possui grande influência nas questões políticas estaduais. A mesma conclusão é apontada por Dantas (2007) reforçando a tese de que os partidos relevantes nos estados repetem sua significância nos municípios.

Observada a existência de relevância estadual de poucas legendas, é importante reforçar o peso do partido do governador do estado nos alinhamentos para a disputa das prefeituras. É possível compreender que por mais complexa que seja de explicar plenamente as associações entre os partidos nas cidades, o enfoque sobre o partido do governador se mostra relevante. Dantas (2007) corrobora com esse argumento quando menciona que os governadores assistiram seus respectivos partidos presentes em, pelo menos, 90% das eleições municipais de seus estados nos anos de 2000 e 2004. Além disso, ainda segundo o autor, os percentuais de lançamentos de cabeças de chapa dos partidos dos governadores são expressivos, registrando ocorrências em mais da metade das cidades onde os partidos dos governadores lançaram candidatos. Assim, esse movimento pode indicar que nos municípios as forças políticas se concentram de forma crescente sobre o partido do governador, corroborando com a divisão de Abrucio (1998b) que destaca o peso do governador e a presença de, no máximo, um grupo relevante de oposição. Existem estudos recentes que identificam se as alianças formadas em torno do governo federal ou dos governos estaduais influenciaram as estratégias de coligações nas eleições municipais.

Segundo Dantas (2007), a dinâmica das coligações majoritárias municipais constrói-se especialmente na “ordem” estadual. Com isso, a preocupação com o impacto do Poder Executivo no sistema partidário brasileiro procura evidenciar o quanto o poder executivo regional tem importância na dinâmica coligacionista, influenciando as alianças eleitorais e enfraquecendo os partidos. Krause (2010) ao fazer um balanço do “estado da arte” das coligações eleitorais no Brasil, mencionando a influência do partido do governador na formação das coligações nas eleições para os executivos municipais diz que as alianças eleitorais demonstram ainda uma “carente autonomia dos partidos e a pouca consolidação do sistema partidário brasileiro”.

Apesar da importância do estudo da relação entre as alianças eleitorais nas disputas majoritárias municipais e o peso dos partidos políticos em cada unidade da federação, é fundamental destacar a complexidade dessa análise. Pois, o cenário das disputas eleitorais nos estados acontece de forma desordenada e complexa, como já foi destacado por diversos autores que analisam o sistema partidário brasileiro. Dantas (2007) indica alguns elementos que precisam ser lembrados e podem alterar alguns dos resultados, são eles:

- a) Infidelidade partidária;
- b) Política local pautada em lideranças pessoais mais fortes que os partidos;
- c) Soberania de um partido no estado por algum período;
- d) Partido que governa o estado costuma mudar;
- e) Existem partidos que governam determinado estado, mas não repetem a mesma força nos municípios, principalmente nas cidades mais distantes da capital;
- f) Grupos gravitam em torno do partido do governador oscilando entre as eleições;
- g) Verticalização, impondo uma tentativa de alinhamento dos partidos na lógica nacional;
- h) Infidelidade partidária como prática recorrente no Poder Legislativo;

As questões apontadas por Dantas (2007) indicam o quanto complexa é a análise agregada das coligações nos estados e também como as suas realidades políticas são marcadas por particularidades e desdobramentos diversos. Nesse sentido, em sua análise sobre as eleições municipais de 2000 e 2004, o autor aponta resultados fortalecendo a tese de que os partidos relevantes nos estados reproduzem sua significância nos municípios e que o partido do governador possui relevância no cenário político estadual. Nesse sentido, para ir além das observações de Dantas (2007), é interessante analisar também qual é a distância entre a fragmentação nas eleições proporcionais, na disputa das cadeiras da Assembleia Legislativa, em que as coligações funcionam como mecanismo de ampliação do número de partidos representados, e as eleições majoritárias municipais, que ocorrem dois anos após com as coligações funcionando como mecanismo de concentração da disputa.

Os índices de presença do partido do governador nos municípios são expressivos. Mais relevante ainda é a quantidade de lançamentos de candidatos como cabeça de chapa, uma vez que nas eleições locais as disputas tendem a se concentrar em dois candidatos. Assim, se os partidos dos governadores registram médias superiores a 50% das cidades com candidaturas, isso aponta que o peso desses partidos em seus respectivos estados é absolutamente marcante (Dantas, 2007). Diante das informações apresentadas, é plausível a ideia de que o partido do governador e o bloco de partidos que faz oposição são os atores principais das ações eleitorais nos municípios do estado. Ou seja, mesmo que ocorra mudanças na dinâmica de poder dos partidos políticos nas unidades da federação, a rivalidade costuma se concentrar em torno de dois grupos

principais. Assim, essa agenda de pesquisa tem se preocupado e procurado evidenciar o quanto o poder executivo regional tem capacidade de influenciar a dinâmica coligacionista local. Esses estudos contribuem não somente para a compreensão dos subsistemas partidários regionais. Mas, fornecem também excelentes subsídios para o entendimento do funcionamento do poder local no Brasil.

As eleições municipais de 2000 marcaram uma nova realidade político-partidária em nível estadual no Estado de Goiás. Após dezesseis anos conduzindo o executivo estadual, o PMDB não estava mais na administração do governo estadual. O partido foi derrotado, em 1998, por uma coligação liderada pelo PSDB em coligação com o PFL, PTB, PPB e PSDC. Krause e Paiva (2000) ao investigar essa nova realidade mostram a força do executivo goiano para a consolidação dos partidos políticos na política regional.

Considerando a importância do estudo das alianças eleitorais nas eleições majoritárias municipais e o peso dos partidos políticos em cada estado, é necessário mencionar que as eleições em Goiás nos últimos anos marcam um panorama político-partidário a nível estadual. O PMDB manteve-se à frente do Poder Executivo estadual por dezesseis anos, tendo sido vitorioso nas eleições entre 1982 e 1994. A hegemonia do PMDB e a aprovação do Plano Cruzado dominaram a conjuntura eleitoral na eleição de 1988. O clima político era altamente favorável a legenda e praticamente fechava as chances de vitória de outro partido com candidatura isolada ou como cabeça de chapa em uma aliança. A única alternativa de coligação restante era aliar-se com o partido hegemônico possibilitando a máquina estatal comandar um futuro governo municipal ou criar uma estratégia de diferenciar-se para o contexto político a médio e longo prazo. Contudo, o PMDB foi derrotado por uma coligação liderada pelo PSDB em 1998.

A partir desse ano, uma nova conjuntura política no plano estadual surgiu com o PSDB e PP detendo a administração do governo estadual. Dentro deste cenário, pretende-se verificar de que modo é o comportamento coligacionista dos partidos nesse período e perceber como se altera a dinâmica das alianças, especialmente em relação aos partidos que se aliavam ao PMDB nos municípios. Nesse sentido, a intenção é analisar se as coligações estabelecidas mantêm ou alteram-se ao longo do tempo e identificar em que medida o PSDB tem, ou não, uma estratégia de alianças distinta do

PMDB. O controle do executivo estadual e as vantagens dele acrescidas são recursos de importância decisiva para o equilíbrio de forças na política partidária estadual. Este efeito pode ser visto também através das migrações de lideranças políticas logo após as eleições. Em Goiás, após a eleição de 1998, alguns prefeitos do PMDB transferiram-se para os partidos da coligação vitoriosa (PSDB, PFL, PTB, PPB e PSDC), principalmente para o PSDB. Ao mesmo tempo, ocorreu uma rápida alteração na composição partidária das bancadas do legislativo estadual e federal. Os novos partidos governistas cresceram suas bancadas de 11 para 18 deputados estaduais e de 5 para 8 deputados federais (Krause e Paiva, 2000).

Partindo dessas considerações, pretende-se averiguar como se apresentam as candidaturas dos partidos que comandavam o poder executivo do estado de Goiás e qual desempenho eleitoral obtiveram nos municípios e regiões durante o período recortado para o estudo (1988-2012), tendo como pano de fundo a influência do partido do governador do estado. A análise da influência do partido do governador nas eleições municipais para prefeito corrobora com a ideia de que as coligações são ferramentas amplamente utilizadas nas estratégias eleitorais dos partidos da nova democracia brasileira. Desse modo, a variável coligação eleitoral serve para testar várias questões teóricas relevantes (Schmitt, 1999; Krause, 2005). Com esta observação feita, um estudo voltado para a análise das coligações eleitorais em nível municipal se faz necessário e contribui para o avanço das análises que tratam do perfil, dinâmica e desenvolvimento dos partidos políticos no sistema partidário brasileiro. As análises acerca das coligações eleitorais tornaram-se de grande interesse para a Ciência Política brasileira, e dentro desta linha de raciocínio, é importante um estudo que busque explicação para as estratégias coligacionistas dos partidos políticos. Assim, a presente investigação pretende não apenas contribuir com subsídios que tornem mais compreensíveis a atuação dos subsistemas partidários regionais, mas também buscar oferecer importantes subsídios para a compreensão do funcionamento do poder local no Brasil.

2. Alinhamento eleitoral nos municípios em Goiás

Os mapas apresentados ao longo dessa seção correspondem ao alinhamento da coligação vencedora no município. Os sete primeiros mapas representam o alinhamento

da coligação diante da coalizão de governo do governador do estado. Os sete últimos mapas mostram o alinhamento da coligação vitoriosa no município em relação a coalizão de governo da Presidência da República. Ou seja, a presente análise concentra-se no impacto do executivo estadual e federal sobre os partidos políticos no âmbito do estado de Goiás. Para desenvolver o estudo proposto, serão analisadas, as coligações eleitorais para os executivos municipais em Goiás, nas eleições que ocorreram no período de 1988 até 2012.

Assim, os mapas apresentados ao longo desta seção foram construídos com a intenção de mostrar a influência do governo estadual e federal nos municípios goianos nas eleições ao longo dos anos analisados.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) chegou ao poder executivo estadual em Goiás na eleição de 1982, tendo ficado a frente da administração do estado até 1998, ou seja, dezesseis anos a frente do poder executivo estadual. O mapa acima mostra o alinhamento das coligações vencedoras em Goiás diante do governo estadual nas eleições municipais de 1992. Nesta eleição, o PMDB conseguiu controlar a maioria dos municípios goianos, conseguiu também nas eleições estaduais de 1989 conquistar a maior bancada na Assembleia Legislativa Estadual.

Se na eleição de 1992, o PMDB conseguiu uma forte implementação em todo o estado, conquistando uma maior bancada na Assembleia Legislativa Estadual, na Câmara dos Deputados e Senado Federal, foi na eleição seguinte, em 1994, que o PMDB não conseguiu manter sua estabilidade de vitória juntamente com seus tradicionais aliados. O mapa acima mostra a grande quantidade de municípios que os partidos de oposição lograram vitória. A partir da análise do mapa percebe-se que o PMDB não conseguiu manter suas forças nos municípios mais distantes da capital, sendo derrotado, inclusive por uma coligação liderada pelo PSDB, na disputa pela administração da capital, Goiânia.

As eleições municipais do ano de 2000 representaram uma nova realidade político-partidária a nível estadual. Após dezesseis anos sendo controlado pelo PMDB. O PMDB havia sido derrotado na eleição estadual anterior por uma coligação liderada pelo PSDB em aliança com o PFL, PTB, PPB e PSDC. Nesse sentido, verifica-se também que as coligações, até então estabelecidas alteraram e vemos também que

houve um predomínio de coligações vencedoras de partidos tanto dos blocos de governo e oposição. Apesar de não estar mais a frente do executivo estadual, o PMDB manteve um padrão estável de coligações vitoriosas em alguns municípios de três regiões do estado, são elas: região sudoeste, região sul e região norte.

O percentual de candidaturas em coligações com partidos de ambos os blocos de governo e oposição aumentaram mais na eleição de 2004, ultrapassam 50% do total de candidaturas nas eleições municipais em Goiás. Como consequência é possível perceber que tanto os partidos de governo, quanto os de oposição ampliaram suas alianças eleitorais nesse ano. Característica esta que pode ser observada também nas eleições seguintes, com uma tendência de crescente aumento das candidaturas classificadas como “ambos”. Esta tendência de crescimento verificada, em termos gerais, do percentual de coligações eleitorais não parece estar ligada, diretamente, ao fato de o partido estar ou não a frente do poder executivo estadual.

A mesma característica observada na eleição de 2004 pode ser observada no pleito de 2008. Também nesta eleição, ocorreu uma tendência de crescente aumento das candidaturas de partidos de ambos os blocos em uma mesma coligação. Um aspecto que deve ser ressaltado e que chama atenção é fato da pouca influência do governador de estado neste ano. Em 2008, o governador de Goiás era Alcides Rodrigues Filho, filiado ao Partido Progressista (PP), que foi vice-governador de Marconi Perillo (PSDB) e eleito governador em 2006. Em 2008, o atual governador não havia um alto índice de aprovação e não foi uma figura muito atuante nas eleições municipais. Assim, não pesou muito para a eleição de seus candidatos às prefeituras municipais.

Na eleição de 2012, um aspecto que chama atenção, é um considerado aumento do número de candidaturas envolvendo os partidos políticos de ambos os blocos, ou seja, governo e oposição. O aumento das coligações parece também ser explicado por uma tendência mais geral observada no âmbito do sistema partidário nacional. Nesse sentido, é importante observar o contínuo crescimento da presença dos pequenos e novos partidos políticos nos diferentes pleitos aqui estudados. Esse fenômeno cresce de forma significativa desde as eleições desde o ano 2000.

Conclusões

A partir dos dados aqui apresentados, é possível afirmar que o poder executivo, sem dúvida, possui uma capacidade de aumentar e ampliar as suas alianças eleitorais, exercendo um impacto sobre os partidos e o sistema partidário estadual. Porém, isto não significa afirmar que o poder executivo seja a única variável explicativa da capacidade de um partido aumentar e manter estável seu padrão de alianças, esta também se explica pelo grau de institucionalização dos partidos. Como foi possível identificar, o PMDB, mesmo não estando mais a frente do governo estadual foi capaz de, pelo menos, manter estável sua capacidade de atrair alianças eleitorais, havendo um equilíbrio em suas alianças nas eleições de 2000 e 2004. Porém, ocorre uma queda do seu número de coligações em 2008, sendo agravada essa redução nas últimas eleições municipais, em 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando (1998a). “O Ultrapartidarismo estadual”. In: Andrade, Regis de Castro (org.) *Processo de Governo no Município e no Estado: uma análise a partir de São Paulo*. São Paulo, Edusp / FAPESP.

ABRUCIO, Fernando (1998b). *Os barões da federação*. São Paulo, Hucitec.

DALMORO, Jefferson; FLEISCHER, David (2005). “Eleição proporcional: os efeitos das coligações e o problema da proporcionalidade”. In: KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (Org.). *Partidos e coligações no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: Konrad-Adenauer Stiftung / Editora UNESP.

DANTAS, Humberto (2007). *Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos brasileiros nas disputas de 2004 e 2004*. Tese de doutorado em Ciência Política, São Paulo: USP.

DANTAS, Humberto; PRAÇA, Sérgio (2010). “Pequenos partidos no Brasil: uma análise do posicionamento ideológico com base nas eleições municipais de 2000 a 2008”. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP.

DUVERGER, Maurice (1980). *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.

FIGUEIREDO, Marcus (1994). A lei de ferro na competição eleitoral: a aritmética eleitoral. *Cadernos Conjuntura*, n. 50, p. 3 – 14, Rio de Janeiro: IUPERJ.

KINZO, Maria Dalva Gil (2004). “Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-85”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 54, São Paulo.

KRAUSE, Silvana; FERREIRA, Denise Paiva (2000). *Institucionalização partidária e influência do partido do governo estadual nas eleições para o Executivo municipal: o padrão das coligações eleitorais no estado de Goiás*. In: XXIV Encontro Anual da ANPOCS. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2000, Petrópolis. Anais do XXIV Encontro Anual da ANPOCS.

KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (2005). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro e São Paulo: Fundação Konrad Adenauer e Fundação Editora da Unesp.

KRAUSE, Silvana (2010). “Coligações: o estado e desafio das artes”. In: KRAUSE, Silvana. DANTAS, Humberto. MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP.

KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (2010). *Coligações Partidárias na nova democracia brasileira*. Perfis e tendências. Rio de Janeiro e São Paulo: Fund. Konrad Adenauer e Fund. Editora da UNESP.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de (1983). *Os partidos políticos brasileiros. A experiência regional e federal 1945-1964*. Rio de Janeiro: Editora Graal.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de (1991). *Sistema Eleitoral Brasileiro – teoria e prática*. Rio de Janeiro: Ed. Rio Fundo / IUPERJ.

MACHADO, Carlos A. M (2007). *Identidades diluídas: consistência partidária das coligações para prefeito no Brasil: 2000 e 2004*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Brasília: Universidade de Brasília.

MIGUEL, Luís Felipe; MACHADO, Carlos A. M (2007). Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004). *Dados*, v. 50, n. 4, p. 757-793, Rio de Janeiro.

MIGUEL, Luis Felipe, MACHADO, Carlos (2010). “De partido de esquerda a partido do governo. O PT e suas coligações para prefeito (2000 a 2008).” In: KRAUSE, Silvana. DANTAS, Humberto, MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP.

NICOLAU, Jairo (1996). *Multipartidarismo e Democracia*. Um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

PANEBIANCO, Ângelo (2005). *Modelos de Partido: Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes.

PEIXOTO, Vitor. Coligações eleitorais nos municípios brasileiros: competição e estratégia. In: KRAUSE, Silvana. DANTAS, Humberto. MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações*

Partidárias na Nova Democracia Brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP, 2010.

RIBEIRO, Pedro Floriano(2010). “Velhos e novos comportamentos: coligações eleitorais nos municípios do G-79”. In: KRAUSE, Silvana. DANTAS, Humberto. MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP.

SCHMITT, Rogério. (1999) *Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Rio de Janeiro: IUPERJ.